

# Apresentação

O curso de Pedagogia completa oitenta anos de funcionamento no Brasil, e desenvolver pesquisas sobre ele implica compreender seu processo histórico, os contextos de sua produção e as possibilidades que apresenta no cenário atual da educação brasileira, em especial, a educação pública.

A pesquisa coletiva, objeto dos capítulos deste livro, é fruto de tarefa de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Educadores (Gepefe) e tratou – de forma alentada e especificamente – sobre a formação de professores polivalentes de Educação Infantil (EI) e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Aief) – como tarefa prioritária e específica dos cursos de Pedagogia. Teve como propósito central realizar a análise (na forma documental) de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) complementada por entrevistas com os coordenadores de cursos que mostraram indícios de inovação na perspectiva da formação do professor polivalente de EI e Aief, com base em pesquisa anteriormente realizada com 144 Matrizes Curriculares desses cursos (Pimenta; Fusari [Coords.], 2014). A rigor, desenvolvemos análise acerca do material escrito (análise documental dos PPC) e da linguagem falada (entrevistas com os coordenadores dos cursos).

A formação de professores polivalentes para as etapas elementares da Educação Básica foi historicamente oferecida em Nível Médio, diferentemente da formação de professores especialistas. Entretanto, por força da exigência de formação em nível superior (LDBEN n. 9.394/1996), a formação desses professores passaria a ser oferecida prioritariamente por IES, nos cursos de Pedagogia, tendo a docência como base de formação do pedagogo. Em decorrência, a identidade do profissional formado nesses cursos, na prática, ficou difusa, entre o exercício da docência e a atuação como pedagogo em outras áreas e instituições educativas.

Acresce-se a isso o fato de a maioria dos professores no País ser formada por IES privadas (mais de 80%) segundo o Censo da Educação Superior (2015), sendo a maioria desses cursos oferecidos por Faculdades que se reduzem ao ensino e o mais preocupante: a avassaladora presença de IES mantidas por instituições financeiras, em que a Educação se torna mercadoria, secundarizando a dimensão da Educação como direito.

Se esse reconhecimento legal de que a formação do professor polivalente de EI e Aief deveria ocorrer no ensino superior, de um lado, representou uma importante conquista, de outro, fez emergir uma complexidade de fatores cuja significação merece ser examinada, entre os quais, até que ponto as IES têm clareza dessa duplidade formativa e até que ponto têm conseguido, efetivamente, formar o pedagogo como professor polivalente e com a qualidade necessária para assumir a profissão em condições de propor superações aos desafios de uma educação emancipatória na escola pública brasileira.

Ao observarmos nas mídias em geral, a insistência na afirmação de um ciclo negativo da educação no País, pelo que é mais visível, como os baixos resultados do desempenho escolar dos estudantes da Educação Básica atribuídos aos professores, a nosso ver, estamos diante de um reducionismo, sobretudo ao

se atribuir a uma categoria profissional específica uma responsabilidade dessa monta, desviando-se dessa forma dos problemas (macro e micro estruturais, assim como os internos e externos às instituições educacionais) que incidem sobre a qualidade da educação brasileira e que envolvem as reais condições de formação, de trabalho e de carreira dos professores, a definição (unilateral) de Políticas Públicas Educacionais, a (des)valorização social e a consequente baixa atratividade da profissão, as identidades e a socialização profissional, problemas de financiamento e de gestão educacional, a urgência de reinvenção da escola para fazer frente às novas exigências de uma sociedade excludente e profundamente desigual, entre outros aspectos.

Acrescentem-se a esse quadro, no contexto brasileiro atual, as políticas neoliberais que vêm transformando o direito à Educação em mercadoria com a avassaladora privatização financeira – expressão do capital improdutivo, segundo Dowbor (2017) – do Ensino Superior nos últimos anos, pela presença das grandes corporações econômicas – como mantenedoras de IES que oferecem cursos de licenciatura, em geral de baixo custo, incluindo os cursos de Pedagogia, que formam professores com competências técnicas e habilidades práticas (em geral, desprovidas de teorias, consideradas ‘*inúteis*’), além da produção e da ‘venda’ no mercado educacional de materiais didáticos que são, via de regra, adquiridos pelos sistemas públicos de ensino.

Em relação aos cursos de licenciatura, tais grupos detêm grande parte dos 62% das matrículas em IES privadas no País, conforme dados do Censo do Ensino Superior (Inep/CES, 2017). Ainda, na captura do poder político, a ação desses grupos financeiros se faz presente também em Secretarias de Educação e Conselhos (Nacional, Estaduais e Municipais) fazendo coro ao apontar os professores como culpados pelas mazelas da Educação Básica e as universidades, especialmente o ensino nas universidades públicas, que são considerados, por tais grupos econômicos, como por demais teóricos e ideoló-

gicos. Tal quadro de deslocamento do lugar do direito à Educação (do público para o privado) contribui para reforçar a visão social de desvalorização social, acirrando a precarização do trabalho docente e a consequente baixa atratividade da profissão.

Foi na intenção de nos distanciarmos dos reducionismos e de enxergar as possibilidades dos cursos de Pedagogia que buscamos identificar as transgressões e os indícios de inovação em cursos de Pedagogia presenciais, mantidos por IES públicas e privadas sediados no Estado de São Paulo, por representar uma região de característica diversa e abrangente, no que se refere à economia e às dimensões sociais e educacionais, em relação ao conjunto do País.

A pesquisa que originou os capítulos deste livro – com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – foi realizada por um coletivo de sete pesquisadores de diferentes IES, membros do Gepefe, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) – e como grupo de estudos e pesquisas representa, nas suas três décadas de existência – uma escola de formação de pesquisadores. Tecido coletivamente, o processo de pesquisa foi permeado por consensos e dissensos sobre um tema complexo e que foi sendo enriquecido, ao longo do processo de pesquisa, por olhares estranhados e familiares, na intenção última de evidenciar alternativas inspiradoras de melhoria da formação de professores de EI e Aief em cursos de Pedagogia, com vistas à uma Educação Básica polivalente emancipatória e que contribua para a superação das desigualdades humanas e sociais que ainda imperam no País.

Compõem este livro um capítulo inicial – de autoria do conjunto dos autores – e três outros capítulos de duplas que se organizaram conforme as categorias que orientaram a análise da pesquisa, visando aprofundar teoricamente os achados, ampliar informações e construir formas próprias de compreensão e análise dos temas.

O Capítulo I, de autoria coletiva da equipe de pesquisa, intitulado: “Cursos de Pedagogia: indícios de inovação na formação de professores polivalentes”, traz uma visão geral da investigação, explicita o conceito de inovação que balizou as análises, a discussão dos resultados contextualizando as IES pesquisadas, as categorias analíticas empregadas e uma síntese dos principais achados, em uma tentativa de aproximação com um desenho curricular mais flexível e integrado dos cursos de Pedagogia, necessário para a formação do professor polivalente.

O Capítulo II, intitulado “Unidade Teoria e Prática e Estágios Supervisionados na formação de professores polivalentes: indícios de inovação em cursos de Pedagogia no Estado de São Paulo”, de autoria de Marineide de Oliveira Gomes e Selma Garrido Pimenta problematiza a formação polivalente em cursos de licenciatura/Pedagogia, aprofunda o conceito de unidade teoria e prática à luz dos achados da pesquisa e apresenta os sentidos e significados do Estágio Supervisionado nesses cursos. O texto indica como contradição a predominância da organização disciplinar para formar professores polivalentes e os avanços e as contradições, assim como dilemas e recuos nessa dimensão de análise dos cursos.

“O ensino de Didática e Metodologias Específicas: caminhos inovadores na formação de professores polivalentes em Cursos de Pedagogia no Estado de São Paulo” é o título do Capítulo III, cujas autoras são Isaneide Domingues e Valéria Cordeiro Fernandes Belletati. Elas examinam os indícios de inovação em cursos de licenciatura em Pedagogia especificamente nas disciplinas de Didática e de Conteúdos e Metodologias Específicas. As autoras assumem que ter domínio dos conhecimentos a ensinar não se limita ‘a saber’ um rol de fatos e/ou regras das disciplinas, e, portanto, é necessário formar professores que apreendam, também, os pressupostos teórico-metodológicos de construção de conhecimentos em

cada área e que sejam capazes de ensinar com pesquisa, considerando a realidade na qual os conhecimentos são integralizados, possibilitando assim formar pessoas curiosas, investigativas, inquietas e com autonomia intelectual e moral.

No Capítulo IV, “Ações Integradoras e de Pesquisa na Formação Inicial do Professor Polivalente: experiências inovadoras em cursos de Pedagogia no Estado de São Paulo”, os autores, Cristina Cinto Araújo Pedroso e Umberto de Andrade Pinto, examinam experiências inovadoras em curso em algumas Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo que têm procurado avançar no tratamento dos projetos pedagógicos do curso de Pedagogia, tanto no que se refere à implementação de ações integradoras e interdisciplinares em seus currículos, quanto em iniciativas voltadas para a realização de atividades de pesquisa ao longo do curso.

No conjunto, buscou-se evidenciar as contradições que permeiam os cursos de Pedagogia públicos e privados no Estado de São Paulo, estudados em uma visão de totalidade, fazendo incidir algumas luzes sobre aspectos inovadores de uma formação polivalente do professor de EI e Aief nos cursos de Pedagogia que possa superar a lógica fragmentada, dispersa e generalista predominantes na organização destes em todo o Brasil, considerando as características, o contexto que o País atravessa e os desafios que estão colocados para a formação de professores.

Nesse sentido, os indícios de inovação evidenciados no presente estudo representaram – para a equipe de pesquisa – a via da possibilidade, da esperança, certo alento diante da situação constatada na pesquisa anterior e por outros autores sobre a fragilidade dos cursos de Pedagogia, em geral.

Recordando Paulo Freire (1992) e a esperança como imperativo existencial e histórico, a equipe de pesquisa foi a campo na perspectiva de acreditar nos caminhos transgressores feitos pelos profissionais dos cursos estudados, como cursos e sujeitos contextualizados, na intenção de colaborar

com a reflexão, assim como inspirar outras e inovadoras ações formativas que levem à alteração qualitativa dos cursos de Pedagogia no Brasil, mesmo sabendo que não é somente com a esperança que se ganha a luta.

Cristina Cinto Araújo Pedroso

Isaneide Domingues

José Cerchi Fusari

Marineide de Oliveira Gomes

Selma Garrido Pimenta

Umberto de Andrade Pinto

Valéria Cordeiro Fernandes Belletati

## Referências

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Censo da Educação Superior*, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; FUSARI, José Cerchi (Coords.). A formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental: análise do currículo dos cursos de Pedagogia de instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo. *Relatório Técnico – CNPq (Pesquisa Coletiva – Educação)* – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo: [s.n], 2014. 46 f.